

OMS lança primeiro guia para enfrentar obesidade em crianças e adolescentes

Documento desaconselha tratamento farmacológico e cirurgia bariátrica em menores de 10 anos

Da Agência Brasil

A Organização Mundial da Saúde (OMS) lançou nesta quarta-feira (7) o primeiro guia de enfrentamento à obesidade em crianças e adolescentes. A prevalência da obesidade nessa faixa etária, segundo a entidade, quadruplicou desde 1990, passando de 2% para 8%.

Dados da agência das Nações Unidas especializada em saúde mostram que, em 2024, 170 milhões de crianças e adolescentes com idade entre 5 e 19 anos eram obesos, incluindo 70 milhões com idade entre 5 e 9 anos e 100 milhões com idade entre 10 e 19 anos.

Em nota, a OMS destacou que a obesidade figura como uma doença crônica e recorrente, cujas consequências podem surgir mesmo na infância, aumentando o risco de doenças não transmissíveis, incluindo diabetes tipo 2 e doenças cardiovasculares.

“Crianças e adolescentes com obesidade também podem sofrer estigma, discriminação e bullying. Prevenir e controlar a obesidade é fundamental para proteger a saúde física e mental de



FOTO: MARCELLO CASAL JR./AGÊNCIA BRASIL

Para crianças e adolescentes obesos, a entidade recomenda intervenções estruturadas envolvendo dieta e atividade física

crianças e adolescentes, bem como para apoiar seu crescimento saudável, educação, bem-estar social e qualidade de vida.”

TRATAMENTO

Para crianças e adolescentes obesos, a entidade recomenda intervenções estruturadas envolvendo dieta, atividade física e mudança de comportamento,

realizadas individualmente ou como parte de um programa multimodal.

“Intervenções de saúde digital são recomendadas condicionalmente, mediante supervisão dos pais ou cuidadores”, destacou a OMS.

A organização não recomenda tratamento farmacológico, cirurgia bariátrica (que altera o tamanho do estômago e o trato digestivo) ou disposi-

tivos para perda de peso para crianças com até 9 anos.

No caso de adolescentes com idade entre 10 e 19 anos, o tratamento com medicamentos aprovados, como as chamadas canetas emagrecedoras, segundo a entidade, pode ser considerado apenas quando um programa multimodal de estilo de vida supervisionado não tiver alcançado os resultados esperados.

“A cirurgia bariátrica pode ser considerada, sob condições rigorosas, para adolescentes com obesidade grave.”

SAÚDE MENTAL

Embora não figure como foco principal das diretrizes, as recomendações também enfatizam a importância de abordar a saúde mental juntamente com a obesidade.

Ansiedade, depressão, baixa autoestima e desregulação emocional, segundo a OMS, podem contribuir para hábitos alimentares pouco saudáveis, sedentarismo e isolamento social.

“Profissionais de saúde devem abordar tanto a obesidade quanto questões de saúde mental de forma precoce e conjunta, utilizando estratégias inclusivas, adequadas ao estágio de desenvolvimento e que envolvam a família”, detalhou a entidade.

Por fim, a organização destacou que o tratamento, por si só, não consegue reverter o aumento da obesidade e defendeu políticas e medidas que tornem dietas saudáveis e atividade física mais acessíveis e com custos mais viáveis, além de ações em educação, planejamento urbano, transporte e proteção social.

Doença é o principal fator de risco à saúde, diz médico

Da Agência Brasil

A obesidade se tornou o maior fator de risco para a saúde no Brasil, superando a hipertensão, que foi o elemento de maior preocupação por décadas. Agora, a pressão alta está em segundo lugar, seguida do quesito glicemia elevada. Esse é um dos destaques da análise nacional do Estudo Global sobre Carga de Doenças, feito por milhares de pesquisadores de todo o mundo, cobrindo mais de 200 países.

O diagnóstico brasileiro foi publicado na edição de maio da revista científica The Lancet Regional Health - Americas. O levantamento enfatiza que a população passou por grandes mudanças no estilo de vida nas últimas décadas, como aumento da urbanização.

Esse cenário contribuiu para reduzir os níveis de atividade física, adotar dietas hipercalóricas, ricas em sal e com

excesso de alimentos ultraprocessados.

O endocrinologista Alexandre Hohl, membro da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e Síndrome Metabólica (Abeso) e da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, também destaca essas mudanças.

Segundo ele, esses comportamentos contribuem para que os brasileiros vivam em um “ambiente obesogênico”. Para ele, a obesidade é um dos maiores desafios de saúde pública que o país precisa enfrentar. “A obesidade não é apenas excesso de peso, mas uma doença crônica inflamatória e metabólica que aumenta simultaneamente o risco de diabetes tipo 2, hipertensão, infarto, AVC e vários tipos de câncer.”



FOTO: PAULO PINTO/AGÊNCIA BRASIL

Diagnóstico é do Estudo Global sobre Carga de Doenças

NÚMEROS

Essas alterações no estilo de vida e suas consequências ficam evidentes na comparação com os dados mais antigos apresentados, de 1990. Naquele ano, os três maiores fatores de risco eram a hipertensão, seguida pelo tabagismo e a poluição por materiais particulados no ar.

O Índice de Massa Corporal (IMC) elevado, o principal indicador da obesidade, figurava

em sétimo lugar e a glicemia elevada, em sexto. Em 2023, a obesidade passa a ocupar a primeira posição, após crescimento constante no risco atribuído, que acumulou 15,3% desde 1990.

A comparação entre 1990 e 2023 traz boas e más notícias: por um lado, o risco de morte ou de perda de qualidade de vida causado pela poluição particulada do ar caiu 69,5%.

Por outro, a queda também foi expressiva, de aproximadamente 60%, nos casos do tabagismo, prematuridade e baixo peso ao nascer e alto índice de colesterol LDL.

Porém, de 2021 a 2023, o risco por tabagismo apresentou um ligeiro aumento de 0,2%, após muitos anos de queda sustentada.

Chama atenção ainda o risco atribuído à violência sexual durante a infância, que aumentou quase 24%. Este fator aparecia na 25ª posição em 1990 e saltou para o 10º em 2023.

A lista atual de maiores fatores de risco à mortalidade ou perda da qualidade de vida inclui o índice de massa corporal elevado, hipertensão, glicemia elevada, tabagismo, prematuridade ou baixo peso ao nascer, abuso de álcool, poluição particulada do ar, mau funcionamento dos rins, colesterol alto e violência sexual na infância.